

SUPERINTENDENCIA REG. POL. RODV. FEDERAL-RR

Estudo Técnico Preliminar 22/2025**1. Informações Básicas**

Número do processo: 08676.002266/2025-12

2. Descrição da necessidade

2.1 A Superintendência da Polícia Rodoviária Federal em Roraima (SPRF-RR) e suas unidades operacionais dispõem de aparelhos de refrigeração essenciais ao funcionamento administrativo e operacional, conforme inventário patrimonial constante no processo. Tais equipamentos incluem, entre outros, aparelhos de ar-condicionado, bebedouros, geladeiras, freezers e demais equipamentos destinados à climatização, conservação de alimentos e fornecimento de água potável.

2.2 Em razão do uso contínuo, das condições climáticas locais, caracterizadas por elevadas temperaturas e umidade, e do desgaste natural dos equipamentos, torna-se necessária a realização periódica de manutenção preventiva, bem como a execução de manutenção corretiva sempre que identificadas falhas ou mau funcionamento, além de limpeza técnica especializada, visando assegurar o adequado desempenho, a eficiência energética, a salubridade dos ambientes e a segurança dos usuários.

2.3 O DFD nº 61/2025 evidencia a necessidade de avaliação de soluções técnicas para a adequada manutenção dos aparelhos de refrigeração, considerando que a SPRF-RR não dispõe de estrutura própria, recursos humanos especializados ou capacidade operacional suficiente para realizar, de forma contínua, segura e padronizada, atividades de diagnóstico, manutenção, reparo e eventual reposição de componentes, o que impõe a análise de alternativas viáveis para assegurar a regularidade e a eficiência desses serviços.

2.4 A ausência de manutenção adequada pode resultar em paralisação ou prejuízo às atividades administrativas e operacionais, comprometimento das condições de trabalho, riscos à saúde dos servidores e usuários, aumento do consumo de energia elétrica e depreciação prematura do patrimônio público, além de possíveis descumprimentos de normas sanitárias e de segurança.

2.5 Diante desse contexto, mostra-se necessário avaliar e definir a solução mais adequada para a realização dos serviços de manutenção preventiva, corretiva e limpeza dos aparelhos de refrigeração, com eventual reposição de peças, de modo a assegurar a continuidade dos serviços públicos, a preservação dos bens patrimoniais, a eficiência administrativa e a observância aos princípios da economicidade, da eficiência e do interesse público, nos termos da legislação vigente.

2.6. Ademais, ressalta-se que os serviços objeto da presente contratação caracterizam-se como atividades de natureza material, acessória e instrumental, não integrando as competências finalísticas da Polícia Rodoviária Federal, mas sendo indispensáveis ao adequado funcionamento das unidades administrativas e operacionais, razão pela qual se mostram passíveis de execução indireta.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
SAD - SPR/RR	UBIRAJARA OLIVEIRA DOS SANTOS

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1 A eventual contratação destinada a atender à necessidade identificada deverá observar requisitos técnicos, operacionais, administrativos e ambientais compatíveis com a adequada prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e limpeza de aparelhos de refrigeração, com possibilidade de reposição de peças, no âmbito da Superintendência da Polícia Rodoviária Federal em Roraima (SPRF-RR) e de suas unidades operacionais.

4.2 A solução a ser definida deverá assegurar que os serviços sejam executados por meio de recursos técnicos e operacionais adequados, com observância das normas técnicas, sanitárias, ambientais e de segurança aplicáveis, bem como das orientações dos fabricantes dos equipamentos, de modo a garantir a confiabilidade, a eficiência e a segurança das intervenções realizadas.

4.3 Os serviços possuem natureza continuada, uma vez que se destinam à preservação do funcionamento regular de equipamentos essenciais às atividades administrativas e operacionais da SPRF-RR, devendo sua execução ocorrer conforme a demanda efetivamente verificada, mediante formalização pela Administração.

4.4 Deverão ser observadas, no atendimento à necessidade, práticas de sustentabilidade ambiental, especialmente no que se refere ao manejo, à destinação e ao descarte ambientalmente adequado de resíduos, componentes e substâncias, em conformidade com a legislação ambiental vigente, sendo vedada a utilização de substâncias que causem danos à camada de ozônio.

4.5 As ações de manutenção preventiva deverão contemplar procedimentos destinados à conservação dos equipamentos, à manutenção da eficiência energética, à melhoria da qualidade do ar e à mitigação de falhas operacionais, abrangendo, de forma geral, atividades de limpeza técnica, inspeções, verificações e ajustes, conforme boas práticas e normas aplicáveis, cujos critérios específicos serão detalhados no instrumento convocatório.

4.6 As manutenções corretivas deverão abranger as intervenções necessárias ao saneamento de falhas, defeitos ou mau funcionamento dos equipamentos, incluindo diagnóstico técnico, reparos e restabelecimento das condições normais de operação, admitida a substituição de peças e componentes quando tecnicamente indispensável, mediante avaliação e autorização da Administração.

4.7 A solução deverá contemplar a elaboração, implementação, atualização e execução do Plano de Manutenção, Operação e Controle – PMOC dos sistemas de climatização existentes nas unidades da SPRF-RR, quando aplicável, em conformidade com a Lei nº 13.589/2018, Portaria MS nº 3.523 /1998, Resolução RE/ANVISA nº 9/2003 e demais normas técnicas pertinentes, incluindo emissão de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) por profissional habilitado.

4.8 Eventuais reposições de peças deverão observar critérios de compatibilidade, qualidade e adequação técnica, devendo ser precedidas de justificativa técnica circunstanciada, a ser apresentada à Administração para fins de análise e autorização, considerando-se a vantajosidade econômica e a preservação do patrimônio público.

4.9 A execução das atividades deverá observar prazos compatíveis com a criticidade das demandas, de modo a mitigar riscos de interrupção das atividades administrativas e operacionais da PRF, especialmente em ambientes que dependam de climatização para o adequado funcionamento de sistemas, equipamentos e instalações sensíveis.

4.10 Não se identifica, nesta fase de planejamento, a necessidade de vistoria prévia obrigatória, tendo em vista tratar-se de equipamentos amplamente difundidos no mercado, cujas características técnicas são de conhecimento comum entre os potenciais fornecedores, sem prejuízo de previsão diversa no Termo de Referência, caso tecnicamente justificada.

4.11 Poderá ser prevista, no instrumento convocatório, a exigência de garantia de execução contratual, nos termos dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, a ser avaliada oportunamente no Termo de Referência como mecanismo de mitigação de riscos à Administração.

4.12 A fiscalização da execução contratual deverá ser realizada por servidores formalmente designados pela Administração, responsáveis pelo acompanhamento, verificação da conformidade e ateste dos serviços prestados, conforme disciplina a legislação aplicável.

4.13 A continuidade da prestação dos serviços é requisito relevante, considerando que a interrupção das atividades de manutenção dos equipamentos de refrigeração pode comprometer o funcionamento das unidades da SPRF-RR, especialmente diante das condições climáticas locais.

4.14 A vigência contratual deverá ser definida no Termo de Referência, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021, admitidas prorrogações sucessivas, desde que demonstrada a vantajosidade para a Administração e o atendimento ao interesse público.

4.15 Em atenção à verificação quanto à utilização de catálogo eletrônico de padronização, procedeu-se à análise da existência de catálogo aplicável ao objeto da presente contratação. No entanto, não foi identificado catálogo eletrônico de padronização que contemple, de forma adequada e específica, serviços de manutenção preventiva, corretiva e limpeza de aparelhos de refrigeração, com eventual reposição de peças, nos moldes necessários ao atendimento das demandas da SPRF-RR.

4.17 Ressalta-se que o objeto possui natureza sob demanda, com variabilidade operacional e diversidade de equipamentos, o que inviabiliza sua padronização em catálogo eletrônico.

4.18 Dessa forma, justifica-se a não utilização de catálogo eletrônico de padronização, sem prejuízo da definição de especificações técnicas claras e objetivas no Termo de Referência.

5. Levantamento de Mercado

5.1 Para atendimento da necessidade descrita DFD nº 61/2025, referente à manutenção preventiva, corretiva e limpeza de aparelhos de refrigeração da Superintendência da Polícia Rodoviária Federal em Roraima (SPRF-RR) e de suas unidades operacionais, foi realizado levantamento de mercado com vistas à identificação das soluções disponíveis e à escolha da alternativa mais adequada e vantajosa para a Administração.

5.2 O levantamento considerou o levantamento patrimonial vigente, que evidencia a existência de diversos equipamentos de refrigeração em uso contínuo, distribuídos entre a Sede Administrativa da SPRF-RR e as unidades operacionais atualmente em funcionamento, os quais demandam manutenção técnica especializada, periódica e eventual, a fim de garantir seu adequado funcionamento e a continuidade das atividades administrativas e operacionais.

5.3 Adicionalmente, o levantamento de mercado levou em consideração a expansão e a reestruturação da infraestrutura física da PRF em Roraima, notadamente a previsão de implantação de duas novas Unidades Operacionais, atualmente em fase de construção, bem como a reconstrução de unidade operacional já existente, a qual passará a sediar a Delegacia 01 da Superintendência da Polícia Rodoviária Federal em Roraima, circunstâncias que implicarão aumento gradual do quantitativo de aparelhos de refrigeração e, por conseguinte, da demanda por serviços de manutenção ao longo da vigência contratual.

5.4 Nesse contexto, foram avaliadas as seguintes alternativas:

- a) Execução dos serviços com mão de obra própria: alternativa inviável, tendo em vista a inexistência, no quadro de pessoal da SPRF-RR, de servidores com capacitação técnica específica para execução dos serviços de manutenção em equipamentos de refrigeração, bem como a impossibilidade administrativa e orçamentária de criação ou provimento de cargos para essa finalidade.
- b) Contratação de empresa com dedicação exclusiva de mão de obra: alternativa considerada menos vantajosa, pois implicaria custos fixos elevados, independentemente da efetiva demanda por serviços, além de menor flexibilidade operacional.
- c) Substituição dos equipamentos por novos: alternativa descartada por não atender aos princípios da economicidade e sustentabilidade, uma vez que grande parte dos equipamentos possui condições técnicas de recuperação por meio de manutenção adequada.
- d) Contratação de estagiário de curso técnico em refrigeração e climatização, a exemplo dos cursos ofertados pelo SENAI Roraima: a alternativa poderá ser avaliada futuramente pela Administração como medida de apoio às atividades de manutenção básica, sem prejuízo das normas legais aplicáveis aos programas de estágio, porém é insuficiente, por si só, para atender integralmente à demanda contínua, especializada e distribuída geograficamente das unidades da SPRF-RR;
- e) Contratação de empresa especializada para prestação de serviços sob demanda, sem dedicação exclusiva de mão de obra: alternativa que se mostra tecnicamente adequada e economicamente vantajosa, permitindo a realização de manutenção preventiva, corretiva e limpeza dos equipamentos, com eventual reposição de peças, conforme a necessidade, mediante ordens de serviço.

5.4 Após a análise das alternativas, concluiu-se que a contratação de empresa especializada para prestação de serviços sob demanda, sem dedicação exclusiva de mão de obra, é a solução que melhor atende às necessidades da SPRF-RR, pois assegura flexibilidade, eficiência operacional, controle de custos e continuidade dos serviços, estando alinhada às práticas de mercado e a contratações anteriores similares, utilizadas apenas como referência.

5.5 Outrossim, considerando a natureza continuada e sob demanda dos serviços, a variação estimada do quantitativo de equipamentos ao longo da vigência contratual, especialmente em razão da expansão da infraestrutura da SPRF-RR, bem como a necessidade de flexibilidade para atendimento de demandas futuras, concluiu-se pela adoção da modalidade pregão, sob o Sistema de Registro de Preços (SRP).

5.6 A adoção do Sistema de Registro de Preços também se justifica pela impossibilidade de definição prévia e precisa da demanda ao longo da vigência contratual, em razão da natureza variável dos serviços, da ocorrência de manutenções corretivas imprevisíveis e da expansão da infraestrutura física da SPRF-RR.

5.7 Assim, o modelo de registro de preços mostra-se adequado por permitir contratações conforme a efetiva necessidade da Administração, sem obrigatoriedade de consumo mínimo, assegurando maior eficiência na gestão contratual, racionalização dos recursos públicos, previsibilidade orçamentária e ampliação da competitividade, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

5.8 Por fim, previamente à consolidação da demanda, foi promovida a divulgação de Intenção de Registro de Preços (IRP) no sistema SIASG, conforme Resumo da IRP nº 00001/2026, com a finalidade de possibilitar a participação de outros órgãos da Administração Pública. Todavia, no prazo estabelecido, não houve manifestação de interesse por parte de outros órgãos ou entidades.

5.9 A Superintendência da Polícia Rodoviária Federal no Acre (SPRF/AC) formalizou solicitação de participação no presente processo após a fase inicial de levantamento de mercado, tendo sido acolhida pela unidade gerenciadora, em razão da identidade do objeto, compatibilidade técnica da solução proposta e ganho de eficiência administrativa decorrente da contratação compartilhada.

5.10 A inclusão não compromete a vantajosidade da contratação, tendo em vista que o modelo adotado (Sistema de Registro de Preços) permite a ampliação dos quantitativos sem obrigatoriedade de contratação integral, mantendo-se a aderência aos preços de mercado.

5.11 A participação do órgão interessado (SPRF/AC) observa a sistemática do Sistema de Registro de Preços, cabendo a cada órgão participante a elaboração de seu respectivo Estudo Técnico Preliminar, com posterior consolidação das demandas no Termo de Referência.

6. Descrição da solução como um todo

6.1 A solução proposta consiste na realização de licitação, na modalidade pregão, sob o Sistema de Registro de Preços (SRP), visando ao registro de preços para eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de manutenção preventiva, corretiva e limpeza técnica em aparelhos de refrigeração, com eventual reposição de peças e componentes, bem como serviços de instalação, desinstalação, remoção e relocação de aparelhos de ar-condicionado, incluindo a elaboração, atualização e execução do Plano de Manutenção, Operação e Controle – PMOC, quando aplicável.

6.2 Os serviços registrados abrangerão todos os equipamentos de refrigeração atualmente existentes e aqueles já previstos no planejamento institucional e considerados na estimativa de quantidades, conforme levantamento patrimonial vigente e projeções constantes deste Estudo Técnico Preliminar, incluindo, entre outros, aparelhos de ar-condicionado, refrigeradores, freezers, frigobares, bebedouros, purificadores de água e equipamentos similares, indispensáveis ao funcionamento administrativo e operacional da Instituição, observadas as incorporações gradativas ao longo da vigência da ata de registro de preços.

6.3 A execução dos serviços ocorrerá sob demanda, conforme a necessidade da Administração, mediante formalização de contratação decorrente da ata de registro de preços e emissão das respectivas ordens de serviço, observadas as boas práticas técnicas, as normas aplicáveis e as recomendações dos fabricantes dos equipamentos.

6.4 A manutenção preventiva terá caráter periódico e programável, incluindo inspeções técnicas, limpeza técnica especializada, higienização de componentes, verificações operacionais, ajustes, testes de funcionamento e demais ações previstas no PMOC, quando aplicável, visando:

- preservação do desempenho;
- eficiência energética;
- qualidade do ar interior;
- segurança dos usuários;
- vida útil dos equipamentos.

6.5 A manutenção corretiva será realizada sempre que constatadas falhas, defeitos ou mau funcionamento dos equipamentos, abrangendo diagnóstico técnico, execução dos reparos necessários e restabelecimento das condições normais de operação, de modo a minimizar impactos às atividades administrativas e operacionais da PRF/RR, especialmente em ambientes que dependam de climatização para o funcionamento de sistemas informatizados e equipamentos sensíveis.

6.6 A reposição de peças e componentes ocorrerá de forma eventual e acessória à manutenção corretiva, somente quando tecnicamente indispensável, mediante prévia e expressa autorização da Administração. A contratada deverá apresentar relatório técnico circunstanciado, contendo a identificação do equipamento, a descrição do defeito e a justificativa da substituição, acompanhado de pesquisa de preços realizada junto ao mercado, com vistas à comprovação da vantajosidade econômica da solução proposta.

6.7 Para fins de execução contratual, os filtros de bebedouros, purificadores de água e equipamentos de climatização serão tratados como peças ou componentes passíveis de substituição eventual, aplicando-se-lhes a mesma sistemática prevista para a reposição de peças. Assim, a troca de filtros dependerá de comprovação de necessidade técnica, apresentação de relatório específico, pesquisa de preços e prévia autorização da Administração.

6.8 As peças, componentes e filtros a serem substituídos deverão ser novos, compatíveis com os equipamentos, originais ou de qualidade técnica equivalente ou superior, observadas as normas técnicas e os critérios de conformidade e rastreabilidade. O pagamento das peças será realizado no âmbito do próprio contrato, como despesa acessória à prestação dos serviços, sem integrar a formação do preço inicial da contratação, respeitados os limites financeiros estabelecidos no Termo de Referência, inclusive quanto ao percentual máximo admitido em relação ao valor global do contrato.

6.9 A substituição de peças e componentes possui natureza acessória e eventual, razão pela qual não foi fixado valor específico para esse fim na formação do preço inicial da contratação. Eventuais aquisições serão precedidas de relatório técnico circunstanciado, pesquisa de preços atualizada e autorização formal da Administração, observada a disponibilidade orçamentária e a vantajosidade econômica.

6.10 A limpeza técnica especializada integra tanto a manutenção preventiva quanto a corretiva e deverá observar, sempre que aplicável, as diretrizes do PMOC, contribuindo para a salubridade dos ambientes, qualidade do ar interior e atendimento às normas sanitárias vigentes.

6.11 O Plano de Manutenção, Operação e Controle – PMOC deverá abranger, no mínimo:

- inventário atualizado dos sistemas de climatização;
- periodicidade das manutenções preventivas;
- procedimentos técnicos adotados;
- registro das intervenções realizadas;
- responsável técnico com ART;
- relatórios periódicos à Administração.

6.12 A solução também abrange, quando necessário, os serviços de instalação, desinstalação, remoção e relocação de aparelhos de ar-condicionado, compreendidos como atividades acessórias à manutenção corretiva ou à adequação física dos ambientes, mediante autorização da Administração e emissão de ordem de serviço específica.

6.13 A execução dos serviços ocorrerá sob demanda, não havendo dedicação exclusiva de mão de obra, competindo à contratada disponibilizar profissionais qualificados, ferramentas, equipamentos, materiais e insumos necessários à adequada prestação dos serviços, responsabilizando-se integralmente pela qualidade, regularidade e segurança da execução.

6.14 O modelo adotado proporciona flexibilidade operacional, controle efetivo dos custos e aderência às variações de demanda ao longo da vigência contratual, uma vez que os pagamentos estarão vinculados exclusivamente aos serviços efetivamente executados e às peças, componentes e filtros eventualmente autorizados, sem geração de obrigação de consumo mínimo por parte da Administração.

6.15 Considerando a natureza continuada dos serviços, a necessidade de atendimento sob demanda, a possibilidade de ampliação gradativa do quantitativo de equipamentos e a busca por maior eficiência na gestão contratual, optou-se pela realização de licitação na modalidade pregão, sob o Sistema de Registro de Preços (SRP).

6.16 Tal modelo permite maior flexibilidade na contratação, possibilitando a formalização de futuras contratações conforme a efetiva necessidade da Administração, sem obrigação de consumo mínimo, favorecendo a economicidade, o planejamento orçamentário e a adequada gestão dos serviços ao longo da vigência da ata de registro de preços.

6.17 Dessa forma, a solução proposta mostra-se tecnicamente adequada, economicamente viável e compatível com as práticas adotadas em contratações anteriores da PRF, assegurando a continuidade dos serviços essenciais, a preservação do patrimônio público, a mitigação de riscos operacionais e a observância da legislação vigente e dos princípios da eficiência, economicidade e interesse público.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1 A estimativa das quantidades a serem contratadas foi elaborada com base no levantamento patrimonial atualizado constante do processo, que identifica os equipamentos atualmente em uso na Superintendência da Polícia Rodoviária Federal em Roraima (SPRF-RR), abrangendo a Sede Administrativa, a Sede Operacional e as Unidades Operacionais existentes.

7.2 Adicionalmente, o dimensionamento das quantidades levou em consideração a expansão e a reestruturação da infraestrutura física da PRF em Roraima, notadamente a previsão de implantação de duas novas Unidades Operacionais atualmente em fase de construção, bem como a reconstrução de unidade operacional já existente, a qual passará a sediar a Delegacia 01 da Superintendência da Polícia Rodoviária Federal em Roraima, circunstâncias que implicarão aumento gradual do quantitativo de aparelhos de refrigeração e, por conseguinte, da demanda por serviços de manutenção ao longo da vigência contratual.

7.3 Nesse contexto, foram consideradas, para fins estimativos, as seguintes quantitativos:

7.3.1. Equipamentos atualmente em uso:

- a) Sede Administrativa da Superintendência da PRF: 27 aparelhos de ar-condicionado, 2 geladeiras e 3 bebedouros;
- b) Sede Operacional da Superintendência da PRF: 18 aparelhos de ar-condicionado, 2 geladeiras, 1 bebedouro, purificador de água;
- c) UOP Água Boa: 4 aparelhos de ar-condicionado, 1 geladeira, 1 bebedouro e 1 purificador de água.

7.3.2. Equipamentos com previsão de uso após expansão e a reestruturação da infraestrutura física da PRF em Roraima:

- a) UOP Água Boa e Delegacia 01 da SPRF-RR (previsão abril/2027): 21 aparelhos de ar-condicionado, 2 geladeiras e 3 bebedouros;
- b) UOP Uraricoera (previsão dezembro/2026): 6 aparelhos de ar-condicionado, 1 geladeira e 2 bebedouros;
- c) UOP Rorainópolis (previsão outubro/2026): 9 aparelhos de ar-condicionado, 1 geladeira e 2 bebedouros.

7.4 A estimativa das intervenções foi elaborada com base no histórico de utilização dos equipamentos, em práticas usuais de manutenção e em critérios de gerenciamento de riscos, observadas as estimativas a seguir:

7.4.1 Para os aparelhos de ar-condicionado, estimou-se a realização, em média, de três intervenções anuais de manutenção preventivas, contemplando ações preventivas e corretivas. Tais intervenções contemplam, ainda, as atividades decorrentes da execução do PMOC, incluindo inspeções periódicas, higienização e registros técnicos obrigatórios, sem prejuízo de intervenções corretivas adicionais quando necessário, acrescidas de adicional de 20%, adotado como margem de segurança no âmbito do gerenciamento de riscos.

7.4.2 Para as geladeiras e frigobares, considerou-se a realização de uma intervenção anual de manutenção, compatível com a natureza dos equipamentos e com a baixa complexidade técnica envolvida, também acrescida de adicional de 20%.

7.4.3 Para os bebedouros e purificadores de água, estimou-se a média de quatro intervenções anuais de manutenção, em razão da necessidade de preservação das condições sanitárias e da potabilidade da água, entendendo-se que tal frequência é adequada para absorver variações usuais de demanda.

7.4.4 Quanto aos serviços de instalação, desinstalação, montagem e remoção de aparelhos de ar-condicionado, a estimativa foi definida com base na vida útil média dos equipamentos, considerada, para fins de planejamento, em 10 (dez) anos. Assim, o quantitativo estimado desses serviços foi obtido a partir da divisão, por dez, do total de aparelhos de ar-condicionado atualmente existentes, somados àqueles previstos em decorrência da ampliação e reestruturação da infraestrutura da PRF em Roraima, resultando em uma estimativa anual compatível com a substituição gradual do parque de equipamentos ao longo do tempo.

7.4.5 A estimativa referente à elaboração, execução e atualização anual do Plano de Manutenção, Operação e Controle (PMOC) considerou o quantitativo total de aparelhos de climatização existentes e aqueles previstos em decorrência da expansão da infraestrutura da PRF em Roraima.

O plano deverá ser elaborado por profissional habilitado, com emissão de ART, contemplando a programação das manutenções preventivas, registros de intervenções, controle operacional dos sistemas de climatização e atendimento às normas sanitárias relativas à qualidade do ar interior.

7.5 Dessa forma, considerando uma contratação para o período de 12 (doze) meses, a estimativa de intervenções atenderão as estimativas descritas a seguir:

Endereço	Item	Descrição / Tipo	Equipamentos	Quantidade estimada de serviços (12 meses)
BOA VISTA/RR (EQUIPAMENTOS ATUAIS) SEDE ADMINISTRATIVA DA SPRF/RR Endereço: Rua Professor Diomedes, 764, São Vicente, Boa Vista/RR - CEP: 69303-450 SEDE OPERACIONAL DA SPRF/RR Endereço: R. Jorge Cacapava, 151 - Gov. Aquilino Mota Duarte, Boa Vista/RR - CEP: 69315-298 UOP 01 (ÁGUA BOA) Endereço: BR 174, KM 491, S/N, Boa Vista/RR - CEP: 69301-072	1	Manutenção preventiva / corretiva de ar-condicionado de 12.000 BTUs	12	44
	2	Manutenção preventiva / corretiva de ar-condicionado de 18.000 BTUs	27	98
	3	Manutenção preventiva / corretiva de ar-condicionado de 24.000 BTUs	11	40
	4	Instalação de aparelhos de ar-condicionado de 9.000 a 12000 BTUs	12	2
	5	Instalação de aparelhos de ar-condicionado de 18.000 a 24.000BTUs	38	4
	6	Desinstalação de aparelhos de ar-condicionado de 9.000 a 12.000 BTUs	12	2
	7	Desinstalação de aparelhos de ar-condicionado de 18.000 a 24.000 BTUs	38	4
	8	Manutenção de Bebedouro	8	32
	9	Manutenção de Geladeira	7	9
	10	Manutenção de Frigorifer	19	23
	11	Manutenção de Purificador de Água	4	16
	12	Elaboração, execução e atualização anual do PMOC com ART	50	1
BOA VISTA/RR UOP 01 (ÁGUA BOA) E DELEGACIA 01 DA SPRF/RR (PREVISÃO: ABRIL/2027) Endereço: BR 174, KM 491, S/N, Boa Vista/RR - CEP: 69301-072	13	Manutenção preventiva / corretiva de ar-condicionado de 9.000 BTUs	5	18
	14	Manutenção preventiva / corretiva de ar-condicionado de 12.000 BTUs	9	33
	15	Manutenção preventiva / corretiva de ar-condicionado de 18.000 BTUs	6	22
	16	Manutenção preventiva / corretiva de ar-condicionado de 36.000 BTUs	1	4
	17	Instalação de aparelhos de ar-condicionado de 9.000 a 12000 BTUs	14	2
	18	Instalação de aparelhos de ar-condicionado de 18.000 a 24.000 BTUs	6	1
	19	Instalação de aparelhos de ar-condicionado de 36.000 BTUs	1	1
	20	Desinstalação de aparelhos de ar-condicionado de 9.000 a 12.000 BTUs	14	2
	21	Desinstalação de aparelhos de ar-condicionado de 18.000 a 24.000 BTUs	6	1
	22	Desinstalação de aparelhos de ar-condicionado de 36.000 BTUs	1	1
	23	Manutenção de Bebedouro	3	12
	24	Manutenção de Geladeira	2	3
	25	Elaboração, execução e atualização anual do PMOC com ART	21	1
	26	Manutenção preventiva / corretiva de ar-condicionado de 12.000 BTUs	2	8
	27	Manutenção preventiva / corretiva de ar-condicionado de 18.000 BTUs	3	11
	28	Manutenção preventiva / corretiva de ar-condicionado de 24.000 BTUs	1	4
	29	Instalação de aparelhos de ar-condicionado de 9.000 a 12000 BTUs	2	1

URARICOERA - BOA VISTA/RR UOP 03 (URARICOERA) (PREVISÃO: DEZEMBRO/2026) Endereço: BR 174, KM 580, Boa Vista/RR	30	Instalação de aparelhos de ar-condicionado de 18.000 a 24.000 BTUs	4	1
	31	Desinstalação de aparelhos de ar-condicionado de 9.000 a 12.000 BTUs	2	1
	32	Desinstalação de aparelhos de ar-condicionado de 18.000 a 24.000 BTUs	4	1
	33	Manutenção de Bebedouro	2	8
	34	Manutenção de Geladeira	1	2
	35	Elaboração, execução e atualização anual do PMOC com ART	6	1
RORAINÓPOLIS/RR UOP 02 (RORAINÓPOLIS) Endereço: BR 174, KM 198, Rorainópolis/RR *(PREVISÃO: OUTUBRO/2026)	36	Manutenção preventiva / corretiva de ar-condicionado de 12.000 BTUs	3	11
	37	Manutenção preventiva / corretiva de ar-condicionado de 18.000 BTUs	5	18
	38	Manutenção preventiva / corretiva de ar-condicionado de 24.000 BTUs	1	4
	39	Instalação de aparelhos de ar-condicionado de 9.000 a 12000 BTUs	3	1
	40	Instalação de aparelhos de ar-condicionado de 18.000 a 24.000 BTUs	6	1
	41	Desinstalação de aparelhos de ar-condicionado de 9.000 a 12.000 BTUs	3	1
	42	Desinstalação de aparelhos de ar-condicionado de 18.000 a 24.000 BTUs	6	1
	43	Manutenção de Bebedouro	2	8
	44	Manutenção de Geladeira	1	1
	45	Elaboração, execução e atualização anual do PMOC com ART	9	1

7.6 Considerando que a contratação possui natureza continuada e que o contrato poderá ter sua vigência estendida nos termos da legislação vigente, as quantidades estimadas foram definidas de forma a absorver variações no quantitativo de equipamentos ao longo da execução contratual, incluindo a incorporação de novos bens patrimoniais, substituições, remanejamentos e eventuais desativações, sem prejuízo da adequada prestação dos serviços.

7.7 Ressalta-se que as quantidades indicadas possuem caráter meramente estimativo, destinando-se exclusivamente ao planejamento da contratação e à formação da estimativa de custos, não constituindo obrigação de consumo mínimo por parte da Administração, ficando a execução dos serviços condicionada à efetiva necessidade e à emissão das correspondentes ordens de serviço.

7.8 Os quantitativos estimados ainda irão considerar a inclusão do órgão participante (SPRF/AC), cujas demandas serão incorporadas à estimativa global, sem prejuízo da natureza estimativa dos quantitativos registrados.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 151.006,28

8.1 A estimativa do valor da contratação foi elaborada com base em pesquisa de preços realizada nos termos da IN SEGES/ME nº 65/2021, considerando referências de mercado, contratações similares da Administração Pública e cotações junto a fornecedores do ramo.

8.2 A estimativa apresentada não configura obrigação de contratação integral dos quantitativos registrados, constituindo-se apenas como referência para fins de julgamento das propostas, planejamento orçamentário e definição dos limites máximos aceitáveis.

8.3 Os valores estimados consideram a execução de serviços sob demanda, sem dedicação exclusiva de mão de obra, sendo os pagamentos vinculados exclusivamente aos serviços efetivamente executados e formalmente demandados durante a vigência da ata de registro de preços.

8.4 A estimativa não contempla valores previamente definidos para reposição de peças, componentes ou filtros, considerando a natureza eventual dessas despesas, que dependerão de necessidade técnica comprovada, pesquisa de preços específica e autorização formal da Administração, observada a disponibilidade orçamentária.

8.5 O modelo adotado permite maior controle dos gastos públicos, flexibilidade contratual e adequação das despesas à efetiva necessidade institucional, preservando os princípios da economicidade, eficiência e planejamento.

8.6 A Superintendência da Polícia Rodoviária Federal no Acre (SPRF/AC) formalizou solicitação para participação no presente processo, a qual foi acolhida pela unidade gerenciadora, passando a integrar o Registro de Preços na condição de órgão participante. Os quantitativos e estimativas de consumo do órgão participante foram definidos em Estudo Técnico Preliminar próprio, elaborado pela respectiva unidade, cabendo sua consolidação no Termo de Referência e no Edital do certame.

8.7 Segue os quantitativos e valores estimados para Superintendência da Polícia Rodoviária Federal em Roraima.

GRUPO I - BOA VISTA/RR (EQUIPAMENTOS ATUAIS) SEDE ADMINISTRATIVA DA SPRF/RR Endereço: Rua Professor Diomedes, 764, São Vicente, Boa Vista/RR - CEP: 69303-450 SEDE OPERACIONAL DA SPRF/RR Endereço: R. Jorge Cacapava, 151 - Gov. Aquilino Mota Duarte, Boa Vista/RR - CEP: 69315-298 UOP 01 (ÁGUA BOA) Endereço: BR 174, KM 491, S/N, Boa Vista/RR - CEP: 69301-072						
Item	Descrição / Tipo	Equipamentos	Quantidade estimada de serviços (12 meses)	Valor manutenção (R\$)	Valor estimado para 12 meses (R\$)	CartServ
1	Manutenção preventiva / corretiva de ar-condicionado de 12.000 BTUs	12	44	R\$ 297,50	R\$ 13.090,00	2771
2	Manutenção preventiva / corretiva de ar-condicionado de 18.000 BTUs	27	98	R\$ 337,50	R\$ 33.075,00	2771
3	Manutenção preventiva / corretiva de ar-condicionado de 24.000 BTUs	11	40	R\$ 380,00	R\$ 15.200,00	2771
4	Instalação de aparelhos de ar-condicionado de 9.000 a 12000 BTUs	12	2	R\$ 450,00	R\$ 900,00	2020
5	Instalação de aparelhos de ar-condicionado de 18.000 a 24.000BTUs	38	4	R\$ 450,00	R\$ 1.800,00	2020
6	Desinstalação de aparelhos de ar-condicionado de 9.000 a 12.000 BTUs	12	2	R\$ 280,00	R\$ 560,00	2020
7	Desinstalação de aparelhos de ar-condicionado de 18.000 a 24.000 BTUs	38	4	R\$ 273,50	R\$ 1.094,00	2020
8	Manutenção de Bebedouro	8	32	R\$ 299,00	R\$ 9.568,00	3506
9	Manutenção de Geladeira	7	9	R\$ 299,00	R\$ 2.691,00	3506
10	Manutenção de Frigorifer	19	23	R\$ 299,00	R\$ 6.877,00	3506
11	Manutenção de Purificador de Água	4	16	R\$ 293,33	R\$ 4.693,28	21628
12	Elaboração, execução e atualização anual do PMOC com ART	50	1	R\$ 750,00	R\$ 750,00	2771
GRUPO II - BOA VISTA/RR UOP 01 (ÁGUA BOA) E DELEGACIA 01 DA SPRF/RR (PREVISÃO: ABRIL/2027) Endereço: BR 174, KM 491, S/N, Boa Vista/RR - CEP: 69301-072						
Item	Descrição / Tipo	Equipamentos	Quantidade estimada de serviços (12 meses)	Valor manutenção (R\$)	Valor estimado para 12 meses (R\$)	CartServ
13	Manutenção preventiva / corretiva de ar-condicionado de 9.000 BTUs	5	18	R\$ 280,00	R\$ 5.040,00	2771
14	Manutenção preventiva / corretiva de ar-condicionado de 12.000 BTUs	9	33	R\$ 297,50	R\$ 9.817,50	2771
15	Manutenção preventiva / corretiva de ar-condicionado de 18.000 BTUs	6	22	R\$ 337,50	R\$ 7.425,00	2771
16	Manutenção preventiva / corretiva de ar-condicionado de 36.000 BTUs	1	4	R\$ 340,00	R\$ 1.360,00	2771
17	Instalação de aparelhos de ar-condicionado de 9.000 a 12000 BTUs	14	2	R\$ 450,00	R\$ 900,00	2020
18	Instalação de aparelhos de ar-condicionado de 18.000 a 24.000 BTUs	6	1	R\$ 450,00	R\$ 450,00	2020
19	Instalação de aparelhos de ar-condicionado de 36.000 BTUs	1	1	R\$ 500,00	R\$ 500,00	2020
20	Desinstalação de aparelhos de ar-condicionado de 9.000 a 12.000 BTUs	14	2	R\$ 280,00	R\$ 560,00	2020

21	Desinstalação de aparelhos de ar-condicionado de 18.000 a 24.000 BTUs	6	1	R\$ 273,50	R\$ 273,50	2020
22	Desinstalação de aparelhos de ar-condicionado de 36.000 BTUs	1	1	R\$ 280,00	R\$ 280,00	2020
23	Manutenção de Bebedouro	3	12	R\$ 299,00	R\$ 3.588,00	3506
24	Manutenção de Geladeira	2	3	R\$ 299,00	R\$ 897,00	3506
25	Elaboração, execução e atualização anual do PMOC com ART	21	1	R\$ 750,00	R\$ 750,00	2771
GRUPO III - URARICOERA - BOA VISTA/RR UOP 03 (URARICOERA) (PREVISÃO: DEZEMBRO/2026) Endereço: BR 174, KM 580, Boa Vista/RR						
Item	Descrição / Tipo	Equipamentos	Quantidade estimada de serviços (12 meses)	Valor manutenção (R\$)	Valor estimado para 12 meses (R\$)	CartServ
26	Manutenção preventiva / corretiva de ar-condicionado de 12.000 BTUs	2	8	R\$ 297,50	R\$ 2.380,00	2771
27	Manutenção preventiva / corretiva de ar-condicionado de 18.000 BTUs	3	11	R\$ 337,50	R\$ 3.712,50	2771
28	Manutenção preventiva / corretiva de ar-condicionado de 24.000 BTUs	1	4	R\$ 380,00	R\$ 1.520,00	2771
29	Instalação de aparelhos de ar-condicionado de 9.000 a 12000 BTUs	2	1	R\$ 450,00	R\$ 450,00	2020
30	Instalação de aparelhos de ar-condicionado de 18.000 a 24.000 BTUs	4	1	R\$ 450,00	R\$ 450,00	2020
31	Desinstalação de aparelhos de ar-condicionado de 9.000 a 12.000 BTUs	2	1	R\$ 280,00	R\$ 280,00	2020
32	Desinstalação de aparelhos de ar-condicionado de 18.000 a 24.000 BTUs	4	1	R\$ 273,50	R\$ 273,50	2020
33	Manutenção de Bebedouro	2	8	R\$ 299,00	R\$ 2.392,00	3506
34	Manutenção de Geladeira	1	2	R\$ 299,00	R\$ 598,00	3506
35	Elaboração, execução e atualização anual do PMOC com ART	6	1	R\$ 750,00	R\$ 750,00	2771
GRUPO IV - UOP 02 - RORAINÓPOLIS (PREVISÃO: OUTUBRO/2026) Endereço: BR 174, KM 198, Rorainópolis/RR						
Item	Descrição / Tipo	Equipamentos	Quantidade estimada de serviços (12 meses)	Valor manutenção (R\$)	Valor estimado para 12 meses (R\$)	CartServ
36	Manutenção preventiva / corretiva de ar-condicionado de 12.000 BTUs	3	11	R\$ 297,50	R\$ 3.272,50	2771
37	Manutenção preventiva / corretiva de ar-condicionado de 18.000 BTUs	5	18	R\$ 337,50	R\$ 6.075,00	2771
38	Manutenção preventiva / corretiva de ar-condicionado de 24.000 BTUs	1	4	R\$ 380,00	R\$ 1.520,00	2771
39	Instalação de aparelhos de ar-condicionado de 9.000 a 12000 BTUs	3	1	R\$ 450,00	R\$ 450,00	2020
40	Instalação de aparelhos de ar-condicionado de 18.000 a 24.000 BTUs	6	1	R\$ 450,00	R\$ 450,00	2020
41	Desinstalação de aparelhos de ar-condicionado de 9.000 a 12.000 BTUs	3	1	R\$ 280,00	R\$ 280,00	2020
42	Desinstalação de aparelhos de ar-condicionado de 18.000 a 24.000 BTUs	6	1	R\$ 273,50	R\$ 273,50	2020
43	Manutenção de Bebedouro	2	8	R\$ 299,00	R\$ 2.392,00	3506
44	Manutenção de Geladeira	1	2	R\$ 299,00	R\$ 598,00	3506
45	Elaboração, execução e atualização anual do PMOC com ART	9	1	R\$ 750,00	R\$ 750,00	2771
Valor total estimando						R\$ 151.006,28

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1 A análise quanto à possibilidade de parcelamento do objeto foi realizada em conformidade com o art. 23, §1º, da Lei nº 14.133/2021, bem como com as orientações do Tribunal de Contas da União, que recomendam a adoção do parcelamento sempre que técnica e economicamente viável, a exemplo do entendimento consolidado na Súmula nº 247/TCU. Para tanto, foram considerados a natureza dos serviços, a interdependência técnica entre as atividades, o perfil do mercado fornecedor e as necessidades operacionais da Superintendência da Polícia Rodoviária Federal em Roraima (SPRF-RR).

9.2 Inicialmente, avaliou-se a possibilidade de parcelamento funcional da solução, mediante a segregação dos serviços de manutenção preventiva, manutenção corretiva, limpeza técnica especializada e fornecimento de peças. Contudo, tal alternativa mostrou-se inadequada, uma vez que esses serviços são intrinsecamente interdependentes, exigem conhecimento integrado dos equipamentos, histórico de intervenções e continuidade técnica na execução. A eventual contratação de fornecedores distintos poderia acarretar incompatibilidades técnicas, aumento do custo administrativo, dificuldades na fiscalização contratual, fragilização das garantias e riscos à continuidade e à qualidade dos serviços prestados.

9.3 Também foi analisada a hipótese de parcelamento do objeto por tipo de equipamento, como a separação entre aparelhos de ar-condicionado e demais equipamentos de refrigeração (bebedouros, geladeiras, freezers e similares). Verificou-se, entretanto, que os serviços possuem natureza técnica semelhante, são usualmente prestados pelo mesmo perfil de empresas especializadas e seguem modelo de execução idêntico, não se evidenciando ganho relevante de competitividade, economicidade ou ampliação do mercado fornecedor que justificasse a fragmentação do objeto.

9.4 Avaliou-se, ainda, a possibilidade de parcelamento do objeto por endereço ou local de prestação dos serviços, considerando a distribuição geográfica das unidades da SPRF-RR (Sede Administrativa, Sede Operacional e Unidades Operacionais). Concluiu-se, contudo, que tal parcelamento não se mostra técnica nem economicamente vantajoso, uma vez que a contratação centralizada permite melhor gestão logística, otimização do deslocamento das equipes, padronização dos procedimentos de manutenção e redução de custos operacionais. Ademais, a divisão por endereço poderia resultar em contratos de pequeno vulto, com menor atratividade ao mercado, aumento da complexidade administrativa e maior esforço de fiscalização por parte da Administração.

9.5 Ademais, a execução integrada dos serviços em um único contrato favorece a economia de escala, a padronização de procedimentos, a otimização da mobilização de equipes e insumos, bem como uma fiscalização mais eficiente por parte da Administração. A eventual divisão do objeto poderia resultar na atuação simultânea de múltiplos contratados sobre os mesmos equipamentos e instalações, gerando riscos de sobreposição de responsabilidades, conflitos operacionais, dificuldades na apuração de falhas e comprometimento da garantia dos serviços executados.

9.6 Ressalta-se que o princípio do parcelamento encontra-se adequadamente atendido por meio da discriminação detalhada dos serviços e dos valores unitários por tipo de equipamento, possibilitando ampla participação de licitantes, transparência na formação dos preços e pagamento estritamente vinculado aos serviços efetivamente executados, sem a necessidade de fragmentação do objeto em contratos ou lotes distintos.

9.7 Diante do exposto, conclui-se que a não adoção do parcelamento da solução, seja por tipo de serviço ou por tipo de equipamento, constitui a alternativa mais eficiente, econômica e tecnicamente adequada às necessidades da SPRF-RR, assegurando a qualidade dos serviços, a simplicidade da gestão contratual, a efetividade da fiscalização e a preservação do interesse público.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1 No âmbito da Superintendência da Polícia Rodoviária Federal em Roraima (SPRF-RR), houve contratação anterior para a prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e limpeza em aparelhos de refrigeração, com reposição de peças, a qual foi executada pela empresa BRASIL NORTE EMPREENDIMENTOS LTDA, nos termos do Contrato nº 09/2023 e de seu respectivo termo aditivo (Processo SEI nº. 08676.001715/2023-43).

10.2 A referida contratação teve sua vigência encerrada, não sendo possível a renovação contratual, em razão da existência de restrições e pendências em certidões exigidas para manutenção da regularidade da empresa, conforme verificado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.

10.3 Ressalta-se que a impossibilidade de renovação decorreu de impedimentos de ordem administrativa, não havendo contrato vigente que possa atender à demanda atual da SPRF-RR.

10.4 Além da contratação anteriormente mencionada, verificou-se que não existem outros contratos correlatos ou interdependentes em vigor capazes de absorver ou substituir o objeto pretendido. Eventuais contratações relacionadas a serviços prediais, fornecimento de energia elétrica ou aquisição de equipamentos não possuem interdependência com a presente contratação, por não abrangerem serviços técnicos especializados de manutenção em equipamentos de refrigeração.

10.5 Dessa forma, a presente contratação mostra-se necessária e autônoma, não estando condicionada à execução de outros contratos, sendo indispensável para assegurar a continuidade dos serviços administrativos e operacionais da SPRF-RR, bem como a adequada manutenção do patrimônio público.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1 A presente contratação encontra-se alinhada ao planejamento institucional da Polícia Rodoviária Federal, em especial ao Planejamento Estratégico vigente, no qual se insere no objetivo de prover meios e infraestrutura adequados ao desempenho das atividades administrativas e operacionais da Instituição.

11.2 A demanda está formalizada no Documento de Formalização da Demanda – DFD nº 61/2025 e encontra-se compatível com o planejamento das contratações do órgão, nos termos do Decreto nº 10.947, de 25 de janeiro de 2022, que regulamenta o Plano de Contratações Anual no âmbito da Administração Pública Federal.

11.3 O objeto da contratação decorre de levantamento patrimonial atualizado, que evidencia a existência de equipamentos de refrigeração em uso contínuo na SPRF-RR e em suas unidades operacionais, os quais demandam manutenção periódica e eventual para assegurar a continuidade das atividades institucionais.

11.4 A contratação está alinhada às diretrizes de racionalização dos gastos públicos, ao priorizar a manutenção e conservação dos bens existentes em detrimento da substituição prematura dos equipamentos, em observância aos princípios da economicidade, eficiência e sustentabilidade.

11.5 Ademais, o modelo de contratação sob demanda, sem dedicação exclusiva de mão de obra, mostra-se compatível com o planejamento orçamentário do órgão, permitindo flexibilidade na execução dos serviços e adequação dos gastos à real necessidade da Administração ao longo da vigência contratual.

11.6 Dessa forma, verifica-se que a contratação está integrada ao planejamento estratégico, orçamentário e patrimonial da PRF, atendendo às necessidades da SPRF-RR e contribuindo para a continuidade e eficiência da prestação do serviço público.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1 A contratação dos serviços de manutenção preventiva, corretiva e limpeza em aparelhos de refrigeração, com eventual reposição de peças, proporcionará benefícios diretos e indiretos à Superintendência da Polícia Rodoviária Federal em Roraima (SPRF-RR) e às suas unidades operacionais.

12.2 Dentre os principais benefícios esperados, destacam-se:

- a) Garantia do adequado funcionamento dos equipamentos de refrigeração, reduzindo falhas e interrupções que possam comprometer as atividades administrativas e operacionais;
- b) Aumento da vida útil dos equipamentos, por meio da realização de manutenções preventivas periódicas e intervenções corretivas tempestivas;
- c) Melhoria das condições ambientais e de salubridade nos ambientes de trabalho, contribuindo para o bem-estar dos servidores e usuários;
- d) Redução de custos a médio e longo prazo, ao evitar reparos emergenciais e a substituição prematura dos equipamentos;
- e) Preservação do patrimônio público, mediante a adequada conservação dos bens sob responsabilidade da SPRF-RR;
- f) Maior eficiência na gestão dos serviços, com atendimento sob demanda, controle das execuções e pagamentos vinculados apenas aos serviços efetivamente prestados;
- g) Conformidade com normas técnicas, sanitárias e ambientais, assegurando a correta execução dos serviços.
- h) Atendimento às exigências legais relacionadas à qualidade do ar interior, por meio da implementação do PMOC, contribuindo para a saúde ocupacional e conformidade sanitária das unidades.

12.3 Dessa forma, a contratação contribui para a continuidade dos serviços públicos, a eficiência administrativa e o uso racional dos recursos públicos, atendendo plenamente às necessidades identificadas no DFD nº 61/2025.

13. Providências a serem Adotadas

13.1 Para a adequada implementação da solução proposta, deverão ser adotadas as seguintes providências pela Superintendência da Polícia Rodoviária Federal em Roraima (SPRF-RR):

- a) Concluir o planejamento da contratação, com a consolidação do Estudo Técnico Preliminar, do Termo de Referência e demais documentos exigidos, assegurando a coerência entre os instrumentos do processo;
- b) Providenciar a reserva orçamentária, em conformidade com o planejamento orçamentário do órgão e a legislação aplicável;
- c) Definir critérios de execução, medição e pagamento, incluindo prazos de atendimento, padrões de qualidade e forma de comprovação dos serviços prestados, a serem detalhados no Termo de Referência e no Instrumento de Medição de Resultados;

- e) Providenciar a formalização do processo licitatório, observando a legislação vigente e os procedimentos estabelecidos no Compras.gov.br;
- d) Formalizar a respectiva Ata de Registro de Preços, nos termos da legislação vigente, constituindo instrumento para futuras contratações conforme a necessidade da Administração;
- e) Efetuar as contratações decorrentes da ata, que dependerão de formalização específica, mediante contrato ou instrumento equivalente, observada a legislação vigente;
- d) Designar gestor e fiscais do contrato, responsáveis pelo acompanhamento, fiscalização e validação da execução dos serviços, conforme normativos internos da PRF;
- f) Adotar medidas para a gestão contratual, assegurando o acompanhamento contínuo da execução, o registro das ocorrências e a avaliação do desempenho da contratada.
- g) Deverá ser acompanhada, pela fiscalização contratual, a elaboração e execução do Plano de Manutenção, Operação e Controle – PMOC, garantindo o atendimento às normas sanitárias, ambientais e técnicas aplicáveis aos sistemas de climatização.

13.2 Deverão ser adotadas providências para acompanhamento da evolução do parque de equipamentos de refrigeração, especialmente em razão da expansão da infraestrutura física da PRF em Roraima.

13.3 As providências elencadas visam garantir a regularidade do processo de contratação, a adequada execução dos serviços e a eficiência na gestão dos recursos públicos, assegurando o atendimento às necessidades da SPRF-RR.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1 A CONTRATADA ficará integralmente responsável pelo recolhimento, manuseio, acondicionamento, transporte e destinação final ambientalmente adequada dos consumíveis utilizados, bem como de todos os resíduos oriundos dos processos de manutenção e limpeza dos equipamentos, devendo observar rigorosamente a legislação ambiental vigente. Em especial, em atendimento às disposições da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da SLTI/MP, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, foram incorporados às especificações técnicas do objeto os critérios de sustentabilidade ambiental nela previstos, sem prejuízo da observância de outras normas ambientais aplicáveis.

14.2 Constituem critérios e práticas de sustentabilidade ambiental a serem observados pela CONTRATADA, no mínimo:

- a) utilização de produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que atendam às classificações e especificações estabelecidas pela ANVISA;
- b) adoção de medidas que evitem o desperdício de água tratada, em consonância com o disposto no Decreto nº 48.138/2003;
- c) observância da Resolução CONAMA nº 20/1994, no que se refere aos níveis de ruído gerados por equipamentos de limpeza em funcionamento;
- d) implementação de programa contínuo de treinamento de seus empregados, voltado à redução do consumo de energia elétrica, do consumo de água e da geração de resíduos sólidos, em conformidade com as normas ambientais vigentes;
- e) adoção de destinação ambientalmente adequada para peças substituídas, gases refrigerantes, frascos de aerossóis e demais resíduos gerados durante a execução dos serviços.

14.3 Os produtos e resíduos gerados durante a execução contratual, quando descartados, deverão ser devidamente separados e acondicionados em recipientes adequados, observadas as exigências de segregação e destinação específica. A CONTRATADA deverá providenciar o recolhimento e o descarte ambientalmente adequado dos frascos de aerossol utilizados, encaminhando-os ao sistema de logística reversa estruturado pelo respectivo fabricante, distribuidor, importador, comerciante ou revendedor, para fins de destinação final ambientalmente correta.

14.4 Não serão permitidas, por parte da CONTRATADA, formas inadequadas de destinação final de pilhas e baterias usadas oriundas da execução do contrato, nos termos do art. 22 da Resolução CONAMA nº 401, de 04 de novembro de 2008, tais como, entre outras:

- a) lançamento a céu aberto, tanto em áreas urbanas quanto rurais, ou em aterros não licenciados;
- b) queima a céu aberto ou incineração em instalações ou equipamentos não licenciados;
- c) lançamento em corpos d'água, praias, manguezais, pântanos, terrenos baldios, poços, cacimbas, cavidades subterrâneas, redes de drenagem de águas pluviais, redes de esgoto, redes de eletricidade ou telefonia, ainda que abandonadas, bem como em áreas sujeitas a inundação.

14.5 A CONTRATADA deverá providenciar o recolhimento adequado das pilhas e baterias utilizadas na execução dos serviços, promovendo o seu repasse ao respectivo fabricante ou importador, responsável pela destinação ambientalmente adequada, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 08, de 03 de setembro de 2012, do art. 33, inciso II, da Lei nº 12.305, de 2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), bem como dos arts. 4º e 6º da Resolução CONAMA nº 401, de 04 de novembro de 2008, e demais normas correlatas. As pilhas e baterias utilizadas deverão possuir composição que

respeite os limites máximos de chumbo, cádmio e mercúrio estabelecidos na Resolução CONAMA nº 401/2008, conforme laudo físico-químico de composição elaborado por laboratório acreditado pelo INMETRO, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 08/2012.

14.6 Nos termos do Decreto nº 2.783, de 1998, e da Resolução CONAMA nº 267, de 14 de novembro de 2000, é expressamente vedada a utilização, na execução dos serviços, de quaisquer Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio (SDO) abrangidas pelo Protocolo de Montreal.

14.7 Na execução dos serviços, a CONTRATADA deverá observar integralmente as disposições da Resolução CONAMA nº 340, de 25 de setembro de 2003, no que se refere aos procedimentos de recolhimento, acondicionamento, armazenamento e transporte das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio (SDOs) abrangidas pelo Protocolo de Montreal, notadamente CFCs, Halons, CTC e tricloroetano, devendo ser observadas, entre outras, as seguintes diretrizes:

a) é vedado o uso de cilindros pressurizados descartáveis que não atendam às especificações da referida Resolução, bem como de quaisquer outros recipientes utilizados indevidamente para o acondicionamento, armazenamento, transporte e recolhimento das SDOs CFC-12, CFC-114, CFC-115, R-502 e dos Halons H-1211, H-1301 e H-2402;

b) quando sistemas, equipamentos ou aparelhos que utilizem SDOs forem submetidos a manutenção, reparo, recarga ou qualquer outra atividade que implique a retirada dessas substâncias, é expressamente proibida a sua liberação na atmosfera, devendo as SDOs ser recolhidas por meio de coleta apropriada e acondicionadas em recipientes adequados, conforme o disposto no art. 2º e parágrafos da Resolução CONAMA nº 340/2003;

c) as SDOs recolhidas deverão ser recicladas no próprio local, mediante utilização de equipamento específico dotado de dispositivo automático de controle antitransbordamento, ou acondicionadas em recipientes adequados e encaminhadas a unidades de reciclagem ou centros de incineração devidamente licenciados pelo órgão ambiental competente;

c.1) quando a SDO recolhida for o CFC-12, os respectivos recipientes deverão ser encaminhados aos centros regionais de regeneração de refrigerantes licenciados pelo órgão ambiental competente, ou aos centros de coleta e acumulação vinculados às centrais de regeneração.

14.8 A CONTRATADA deverá preencher e apresentar Declaração de Sustentabilidade Ambiental, a qual integrará o Termo de Referência como documento anexo, comprometendo-se formalmente com o cumprimento integral das obrigações ambientais estabelecidas nesta contratação.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

15.1 Com base neste Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a contratação dos serviços de manutenção preventiva, corretiva e limpeza em aparelhos de refrigeração, com eventual reposição de peças, destinados à SPRF-RR e suas unidades operacionais, é tecnicamente, economicamente e administrativamente viável.

15.2 A necessidade está formalizada no DFD nº 61/2025 e fundamentada no inventário patrimonial vigente. O mercado fornecedor é capaz de atender ao objeto, e o modelo de contratação sob demanda mostra-se adequado ao planejamento e à disponibilidade orçamentária.

15.3 Dessa forma, recomenda-se o prosseguimento da contratação.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

DARLANE ARAUJO XAVIER

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 09/04/2026 às 10:07:49.

GABRIEL SOARES FERREIRA

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 09/04/2026 às 10:06:38.